

Sabedoria para viver, compreender e comunicar: Biosofia como movimento de complexidade, sentimento e tradução

Rudião Rafael Wisniewski¹

“As fronteiras da minha linguagem
são as fronteiras do meu mundo.”

Ludwig Wittgenstein

1 Introdução

A linguagem é nossa casa comum. Mesmo falando línguas diferentes, o ser humano pode se comunicar por linguagem não verbal e alcançar o objetivo de se compreender. A comunicação pode conter ruídos que são aumentados ou diminuídos de acordo com nossa capacidade de nos abirmos para receber o discurso, a linguagem do outro.

Esse receber não pode ser passivo. Isso significa que é importante deixarmos que a linguagem do outro nos toque, que passe por nós e nos modifique, ampliando nossa compreensão. Quanto mais contato ativo e aberto ao entrelace dos conhecimentos adquiridos, maior nossa sabedoria. Não com o intuito de sermos apenas sábios eruditos, mas que tenhamos Biosofia, sabedoria para viver, compreender e comunicar.

A dialogicidade permite a comunhão de mundos diferentes que compõem os seres humanos, expressos cada um com sua linguagem. O fundamental é a compreensão, o respeito e a promoção da vida, da complexidade humana, com suas ambivalências. A ampliação e o aprofundamento de conhecimentos permitem a maleabilidade de minha linguagem ao encontro do outro, não de encontro ao outro.

A linguagem é uma pele: fricciono minha linguagem contra o outro. Como se eu tivesse palavras à guisa de dedos, ou dedos na ponta de minhas palavras. Minha linguagem treme de desejo. A comoção vem de um duplo contato: de um lado, toda a atividade do discurso vem realçar discretamente, indiretamente, um significado único, que é “eu te desejo”, e libera-o, alimenta-o, ramifica-o, fá-lo explodir (a linguagem goza ao tocar a si mesma); de outro lado envolvo o outro em minhas

¹ Doutor em Educação nas Ciências - UNIJUÍ, com Doutorado Sanduíche na Universidade do Minho (Portugal), Professor e Diretor de Pesquisa, Extensão e Produção do Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Panambi. E-mail: rudio.wisniewski@iffar.edu.br.

palavras, acarício-o, roço-o, cultivo este roçar, nada pouco para fazer durar o comentário ao qual submeto a relação (BARTHES, 2003, p. 99).

Portanto, pensar a linguagem, tendo em mente a Biosofia, é compreender que ela esconde algo no atrito, na fricção com o outro, que é o sentimento – nossa porção *Demens*, conforme Morin (2005)². Podemos construir consensos, mesmo que temporários, em todas as ciências, mas não podemos esquecer que cada um vai pensar-sentir a partir de sua visão de mundo, e é justamente por isso que uma sabedoria para viver, compreender e comunicar se faz necessária, para que esses ela se torne, com esses verbos, ação cotidiana. Um exercício de pensamento complexo é fundamental, pois, conforme Morin (2005, p. 29-30):

De toda parte surge a necessidade de um princípio de explicação mais rico do que o princípio de simplificação (separação/ redução), que podemos denominar princípio de complexidade. É certo que ele se baseia na necessidade de distinguir e de analisar, como o precedente, mas, além disso, procura estabelecer a comunicação entre aquilo que é distinguido: o objeto e o ambiente, a coisa observada e o seu observador. Esforça-se não por sacrificar o todo à parte, a parte ao todo, mas por conceber a difícil problemática da organização, em que, como dizia Pascal, “é impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como é impossível conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes”.

Ele se esforça por abrir e desenvolver amplamente o diálogo entre ordem, desordem e organização, para conceber, na sua especificidade, em cada um dos seus níveis, os fenômenos físicos, biológicos e humanos. Esforça-se por obter a visão poliocular ou poliscópica, em que, por exemplo, as dimensões físicas, biológicas, espirituais, culturais, sociológicas, históricas daquilo que é humano deixem de ser incomunicáveis.

Este texto é um exercício de biosofar, de colocar em palavras algumas reflexões feitas com a linguagem de outrem tocando a pele da minha. Mesmo não podendo abraçar o todo, exercitamos o pensar, mais que o pensamento fechado e pronto.

[...] a escrita é sempre o resto, muitas vezes bastante pobre e magro, das coisas maravilhosas que toda a gente tem em si. O que chega à escrita são pequenos blocos erráticos ou ruínas relativamente a um conjunto complicado e denso. O problema da escrita reside aí: como suportar que essa torrente que há em mim acabe por desembocar no melhor dos casos num fio de escrita? [...] desembaraço-

² Morin (2005, p. 168) atenta para o fato de que o ser humano não é apenas razão, mas também emoção, “*Homo* já não é apenas *sapiens*, mas *sapiens/demens*”. O autor (2005, p. 79) afirmou que “somos seres culturais, psicológicos e físicos. Não podemos compreender essa unidade multidimensional porque tudo isso está separado e desmanchado”.

me melhor não sugerindo a construção de uma totalidade e deixando a descoberto resíduos plurais (BARTHES, 1982, p.318-319).

Ou seja, o leitor está livre para que sua leitura se alimente, ramifique e possa explodir em pensamentos-sentimentos a partir do atrito com minha linguagem, tornando a sua mais complexa, mais traduzível.

2 Biosofia e Patrimônio Filosófico Brasileiro

Silvina Rodrigues Lopes (2003, p. 13-14) toma a defesa da literatura como a defesa do atrito, por contribuir para:

[...] uma força do pensamento capaz de, pela sua potência de interrupção, abrir espaços vazios no manto liso da cultura e impedi-la de ser inteiramente dominada pelo emaranhado das trocas sociais. Se quisermos resistir à confusão reinante, teremos que perceber que, entre os produtos que são produzidos e circulam segundo os desígnios da indústria da cultura, e uma ideia da literatura como forma artística, não há nada em comum para além de palavras impressas. É preciso impedir que a banalidade que aparece hoje consensualmente como literatura não se arroge em breve um direito de exclusividade [...].

O tipo de relação em que o literário se apresenta como literário é definido por duas características principais: 1. A não resolução do conflito entre o pragmático e o não pragmático (traduzida consequentemente na suspensão do sentido); 2. O desencadear de um movimento do pensamento sem assunto ou tema pré-determinado. Desta relação fazem parte propriedades daquilo que é lido e disposições de quem lê, não sendo umas nem outras só por si suficientes. Elas implicam-se mutuamente.

Como a literatura é arte, ela abre no mundo espaços vazios onde os fios de informação estão excessivamente alocados. Ela ajuda a separá-los para que possamos laçar nós de conhecimento, pelos sentidos atribuídos à leitura que fazemos. E, ainda, segundo Lopes (2003, p. 19),

Há textos face aos quais todas as estratégias de leitura se revelam insuficientes. E isso é inseparável do facto de, nessa mesma leitura, elas serem sujeitas a alterações, inflexões ou desvios. É isso que define uma relação, o não estar determinada de fora, mas valer como tal, na sua complexidade. Admiti-lo é admitir que é a própria relação que faz vacilar a distinção entre leituras correctas e leituras erróneas e que o segredo ou vazio que suspende a apropriação ou uso desse tipo de textos (a que chamamos literatura) é uma força activa, desencadeadora do sentir-pensar.

Esse sentir-pensar é o atrito necessário para a desautomatização dos processos educativos e da vida como um todo, ou de acordo com a própria Lopes (2003, p. 22), a literatura é “combate vigoroso à tendência de ver em tudo um espaço homogêneo, liso, portanto, sem vazios ou rupturas, que seria o do mecanismo, do automatismo, da não-relação. Uma obra literária [...] trava essa homogeneização”.

A formação do povo brasileiro foi entrecortada pelo misticismo africano e pela visão cosmológica ligada à magia da natureza, como pensado pelos povos indígenas, tornando-se mais mitológica que filosófica. Tal como nossa cultura é um patrimônio (cultural), a filosofia (o pensar o mundo e o “autopensar” de nossa sociedade), desenvolvida a partir da expressão artística, especificamente, literária, faz da literatura nosso patrimônio filosófico (WISNIEWSKI, 2019).

Muitas pessoas que nunca pensaram em estudar filosofia entraram em contato com ela por meio da literatura brasileira, se pensando, como indivíduo e sociedade.

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas ideias, de mais filosófico no pensamento, de mais heroico na moral, e de mais belo na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões [...]. E quando esse povo, ou essa geração desaparece [...], a Literatura só escapa aos rigores do tempo, para anunciar as gerações futuras qual fora o caráter do povo, do qual é ela o único representante na posteridade; sua voz como um eco imoral repercute por toda a parte, e diz: [...] consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi (MAGALHÃES, 1978, p. 132).

De acordo com Pereira (2008, p. 80), a literatura é “um saber privilegiado para acompanharmos o processo de desenvolvimento e conhecimento do país”. Antonio Candido (2000) considera que ela ocupou no Brasil do século XIX o lugar que os conhecimentos filosóficos e as ciências humanas tiveram em outros países, configurando-se como o fenômeno central da vida do espírito de nosso país.

Para o crítico e historiador, que buscou sistematizar as várias modalidades e os fundamentos da análise sociológica da literatura, o conhecimento e o autoconhecimento do Brasil e de seu povo se deu, primeiramente, pela literatura, um instrumento ímpar para construirmos a nossa história. É no século XIX, então, que começam a surgir os primeiros levantamentos para se constituir uma história da literatura brasileira, e a potencialidade social do texto literário começa a ser intensamente explorada, vislumbrando-se edificar, a partir dele, uma cultura nacional (PEREIRA, 2008, p. 80).

Morin (2013, p. 36) incentiva o trabalho com a arte literária, “porque poesia e literatura não são luxo ou ornamentos estéticos, são escolas de vida, escolas de complexidade”. Ele (2013, p. 95) também afirma que “o romance refere-se à condição humana, que as ciências sociais nunca conseguem enxergar; fala de nossas vidas, paixões, emoções, sofrimentos, alegrias, das relações com o outro e com a História”. Não só nas Ciências Sociais, mas também nas Naturais há potencialidades para se entender a condição humana a partir da obra literária. Morin (2002, p. 49) ainda conclui que é “na literatura que o ensino sobre a condição humana pode adquirir forma vívida e ativa, para esclarecer cada um sobre sua própria vida”.

A literatura é a arte da palavra, a filosofia é o amor pela sabedoria, o ato de pensar e de fazer com que pensem. O texto literário, pela sua abertura, exige um pensar sobre, ou seja, um filosofar. Na sociedade brasileira, cuja atividade do pensamento conta pouquíssimo com o hábito de estudo de filosofia, a literatura tem desempenhado este papel. Conforme Candido (2000), ela é fundamental, pois o Brasil tem um desenvolvimento mítico e criativo, com raízes no imaginário. Mesmo sem estudar filosofia, o brasileiro se vale da literatura para se pensar. Sendo assim, ela é nosso patrimônio filosófico por excelência. A proficuidade da literatura como ampliadora das formas de ver o mundo e se ver no mundo, seu estranhamento e complexidade residem, principalmente, no fato de o leitor construir sua própria interpretação subjetiva, a qual vai contrastar com a opinião de outros leitores a respeito do mesmo texto, não sendo igual a cada releitura, devido às experiências de vida, estudos realizados, contexto histórico-social, expectativas do leitor (WISNIEWSKI, 2019).

3 Biosofia e Tradução

“Então qual das traduções é fiel?

Todas, e nenhuma”

Jorge Luis Borges

Linguagem não é instrumento, mas constituinte do ser. A palavra ideal para expressar tal descoberta, feita em meus anos de Doutorado em Educação nas Ciências (UNIJUÍ), é *serendipity*, uma espécie de surpresa feliz, porém significa muito mais, não havendo uma tradução ideal dessa palavra da língua inglesa para o português. O mesmo ocorre com *Schadenfreude*, da língua alemã – pois não significa, apenas, “escárnio” – e com *déjà vu*, palavra francesa para uma forma especial de “já visto”. Do tcheco, *Litost*, não é apenas “preocupação”,

similarmente, a nossa “saude” tem sido, em vão, traduzida como “melancolia” ou “sentir falta de”. Diante dessas considerações, podemos nos questionar sobre a possibilidade de tradução fiel das palavras.

A epígrafe de Borges (1996) é exemplar dessa questão. Ao avaliar as traduções da *Odisseia*, de Homero, o autor argentino percebe a incapacidade de se retomar o espírito com o qual foi escrita, entretanto, todas conseguem contar a história do regresso de Ulisses a Ítaca. Em “A tarefa do tradutor” Walter Benjamin (2008, p. 55) afirma que:

Para apreender a relação autêntica entre o original e a tradução é necessário proceder a um exame, cujo raciocínio é análogo ao curso do pensamento, pelo qual a crítica do conhecimento há de mostrar a impossibilidade de uma teoria da imitação.

Mais adiante (p. 61), o filósofo e tradutor conclui: “a tradução, ao invés de se fazer semelhante ao sentido do original, deve, em um movimento amoroso que chega ao nível do detalhe, fazer passar em sua própria língua o modo de significar do original”. Ou seja, tradução é uma forma de interpretação de um texto, de uma realidade para transmiti-la em nossa própria língua, inclusive dentro dela, porque “dentro do mesmo idioma, as mesmas expressões podem designar algo diferente e expressões diferentes podem designar o mesmo” (GADAMER, 2002, p. 174).

Diferentemente da passividade da interpretação textual, da instrumentalização da linguagem que toma o texto como objeto de análise, “a hermenêutica propõe a interpretação como recíproca aproximação entre as alteridades do *interpretans*, do *interpretandum* e da tradição” (WADDINGTON, 2002, p. 180). Eis algo que se deve lembrar: interpretação não é apenas de texto, mas do contexto, do que escapa às palavras, escritas ou pronunciadas, pois “um enunciado só consegue tornar-se compreensível quando no dito compreende-se também o não dito” (GADAMER, 2002, p. 181).

A partir dessa ideia, podemos ratificar a constatação de que uma tradução não apenas ocorre de uma língua para outra, mas dentro da mesma língua, podendo ser a vernáculo ou estrangeira. A respeito da tradução, Gadamer (2002, p. 182) lembra que ela deve reproduzir não apenas “o que foi dito em seu sentido literal, mas o que o outro quis dizer e disse, deixando muita coisa impronunciada”. A tradução nossa de cada dia acontece na cotidiana interpretação do mundo que nos cerca, mundo de linguagem.

Em uma das aulas de Educação e Pensamento Pós-metafísico, o professor Paulo Fensterseifer concluiu: “tudo é ficção”. Tal afirmação remeteu-me ao

“efeito de real”, proposto por Roland Barthes (2004), visando à explicação da literatura tentar se assemelhar à realidade, através da utilização de descrições desnecessárias ao enredo da obra, ou seja, ser verossímil.

A história (o discurso histórico: *historia rerum gestarum*) é, na verdade, o modelo dessas narrativas que admitem preencher os interstícios de suas funções com noções estruturalmente supérfluas, e é lógico que o realismo literário tenha sido, com algumas décadas de diferença, contemporâneo do reinado da “história objetiva” (BARTHES, 2004, p. 188).

Sendo assim, a diferença entre a ficção literária e a ficção do real seria uma questão de experiência, não entre um texto fatual e verificável e um imaginário e subjetivo, como se aprendia no curso de Letras, ao fazer a distinção de Literatura como arte e História como ciência. Ambas são narrativas, como todas as outras “ciências” o são: proposições a respeito de determinado assunto, narrado a partir de um paradigma, traduzido pelos/as leitores/as, ouvintes, com o apoio da “grande biblioteca” da tradição, nos termos de Waddington (2002).

O que de fato vivi e o que imaginei e narrei tem mais a ver com experiência do que com realidade. Tomemos como exemplo as diversas narrativas ficcionais que povoam os livros didáticos de História até hoje, ou as incontáveis tentativas empenhadas em uma solução química sem surtir efeito produtivo porque o cientista interpretou os dados erroneamente. Portanto, o que se convencionou chamar de realidade possui algo como um “efeito de ficção”, porque exige interpretação, tradução e releitura.

As inúmeras correntes contemporâneas de abordagem do texto o circunscreveram ao primado do objeto que define o mundo atual e atribuíram ao leitor o *status* de sujeito. No entanto, o dizer que surge na interpretação não promana do puro imanentismo do texto, nem se origina exclusivamente na percuciência do leitor. Para este, dizer contribui decisivamente a fala do leitor; porém ela, sobretudo, responde às indagações, às dúvidas, aos mistérios que o texto lhe dirige. O texto fala também. Mais até. O texto é capaz de provocar-nos com a sua fala e com seu silêncio. Mas a sua provocação pode não nos alcançar tal qual foi originalmente formulada. Tanto do texto para nós, quanto de nós para o texto, projeta-se a tradição (WADDINGTON, 2002, p. 175).

Portanto, qualquer interpretação ou tradução necessita de um olhar estrábico, prestando atenção no signo e no sujeito, concomitantemente. Minha tarefa de professor de literatura é trabalhar esse olhar binocular. Quando falo minha percepção a respeito de um livro, faço uma releitura, pois já realizei o

trabalho interpretativo, traduzi com o apoio da “grande biblioteca” e estou pensando em voz alta sobre o tema a ser ensinado, de forma a instigar meu aluno, incentivando-o à leitura. Essa inspiração partiu da definição do professor José Pedro Boufleuer, sobre o ato de ensinar: “é um pensar em voz alta, uma autorreflexão que produz uma instigação, uma autorreflexão do aluno”.

É uma nova forma de ver o texto literário, produto de uma tradição, interpretado, traduzido por um sujeito – autor/a e/ou leitor/a – com a releitura de um/uma professor/a, tomando-se a acepção artística do termo “releitura”, ou seja, algo novo que possui um elo com o original.

Dessa forma, a releitura de James Joyce, intitulada *Ulysses*, narrando um dia na vida de um cidadão moderno, sua odisseia diária, pode dizer mais ao/à leitor/a atual sobre como Homero interpretaria seu livro do que uma tradução pretensamente fiel da *Odisseia*.

Pertencemos à espécie *Homo sapiens sapiens*, quando deveríamos nos chamar *Homo sapiens logus*, haja vista a questão de a linguagem ser imprescindível na caracterização do ser humano, mais do que ser racional, somos seres de linguagem, nosso raciocínio se produz por meio dela. Como afirmou Hamlet, príncipe da tragédia homônima, ao morrer: “O resto é silêncio” (SHAKESPEARE, 2011, p. 142). Mesmo um pensamento metafísico, precisa ser elaborado pela linguagem. Hamlet tem consciência disso. Todas as coisas que existem em nosso mundo somente significam algo se interpretarmos a partir da linguagem, fora disso só há o nada.

Há que se considerar também a enorme influência dos sentimentos, do que escapa à razão e influencia na nossa linguagem, na nossa vida considerada racional: nossa parte-todo *demens* (MORIN, 2005). Somos *Homo sapiens demens logus*.

O pensamento pós-metafísico do príncipe Hamlet é expresso na passagem representativa da obra, com uma caveira na mão, quando, ao contrário do que pensa a maioria, ele não diz “ser ou não ser”, mas reflete junto aos coveiros que desenterram ossos, sobre a finitude humana. Os ossos são o que resta, sem possibilidade de se expressarem: “Esse crânio já teve língua, e podia cantar. [...] O termo de nossos termos, será termos a caveira nesses termos?” (SHAKESPEARE, 2011, p. 96) Por meio dessa tradução de Millôr Fernandes, compreendemos que Hamlet leva a pensar sobre a importância da linguagem ao olhar as caveiras silenciosas. Tendo cantado ou gemido, ensinado ou orado, agora são silêncio. Lembra-nos Gadamer (2002, p. 178), ao afirmar que a linguagem “representa o verdadeiro vestígio da nossa finitude”.

O silêncio, ou impossibilidade de fala, com seu oposto, o poder do discurso, de comunicar sua linguagem, é tema central de *Foe* (“inimigo”, livro ainda não traduzido para o português), uma releitura de Robinson Crusoé, do autor sul-africano J. M. Coetzee (1987). Nele, Susan Barton é a sobrevivente de um naufrágio que vai parar na ilha onde estão Crusoé e o (ex) escravo negro Sexta-feira, cuja língua foi cortada.

O grande inimigo no livro é a impossibilidade de linguagem, obrigando Sexta-feira ao silêncio, tendo seu mundo interpretado pela voz alheia. Crusoé morre na viagem de retorno, após terem sido resgatados, talvez por não se sentir mais capaz de se comunicar com seu antigo mundo. Susan, desejosa de contar sua história e dos dois naufragos, contrata um escritor de renome, Daniel Foe (alusão ao autor do livro original de *Robinson Crusoé*, Daniel Defoe), para que caia no gosto popular e tenha sucesso.

Daniel Foe acaba contando uma história à sua maneira, inventando aventuras de Crusoé, em vez de relatar o testemunho da sobrevivente (dando a entender que o original é apenas um fruto desse pedido de Susan), a qual acaba sem voz, semelhante ao seu então companheiro, Sexta-feira. No enredo da obra, o real se torna ficcional, pois, na verdade, “tudo é ficção”, independente do feito.

Uma passagem significativa do livro é quando Crusoé reflete sobre a existência de algo metafísico, ao fazer uma espécie de ioiô, jogando o pensamento para o alto, que chamou de Providência e, em seguida, voltando aos fatos do mundo. Dessa forma, questiona a existência de alguém que olha por todos nós quando há alguns que precisam colher algodão e cortar cana de açúcar, e conclui dizendo que, para os negócios do mundo prosperarem, a Providência deve acordar e dormir, como as “*lower criatures*”, criaturas baixas ou daqui de baixo. E segue:

Você pensa que eu debocho da Providência. Mas talvez seja ação da Providência que Sexta-feira se encontre em uma ilha com um mestre leniente, ao invés de no Brasil, sob chicote do capataz, ou na África, onde as florestas estão cheias de canibais. Talvez seja o melhor, apesar de não vermos assim, que ele devesse estar aqui, e que eu devesse estar aqui, e agora que você devesse estar aqui (COETZEE, 1987, p. 23-24, tradução nossa)³.

³ You think I mock Providence. But perhaps it is the doing of Providence that Friday finds himself on an island under a lenient master, rather than in Brazil, under the planter's lash, or in Africa, where the forests teem with cannibals. Perhaps it is for the best, though we do not see it so, that he should be here, and that I should be here, and now that you should be here.

Além do Crusoé de Coetzee ter um pensamento pós-metafísico, ele também nos leva a pensar assim, mostrando a importância da linguagem ao nos introduzir no seu mundo, ao dizer para Susan como se dissesse para nós leitores que “agora”, isto é, no momento da leitura, estamos na ilha com eles. Nosso mundo real é *Foe*, quando o estamos lendo, pois o lemos, interpretamos e traduzimos, enquanto contribuimos para o crescimento da “grande biblioteca”. Ecoando Gadamer (2002, p. 178): “em todos os nossos pensamentos e conhecimentos sempre já fomos precedidos pela interpretação do mundo feita pela linguagem, e essa progressiva integração no mundo chama-se *crescer*”.

A tradução nossa de cada dia nos permita tal crescimento, que possamos sempre fazer a releitura das obras da “grande biblioteca” para nossos alunos ou quem conosco viva – no mesmo lar, país ou planeta. Não nos deixemos esquecer que tudo é ficção, mas podemos como o príncipe e o naufrago seguir resolvendo nossas questões como seres de linguagem. Pois, no reino ou na ilha, o resto é silêncio para sempre. 𐤒𐤍 𐤓𐤕 !⁴

4 Considerações finais

Sendo que cada ser humano tem uma visão de mundo, a qual se contrapõe e converge com a dos outros, ou seja, enxerga a realidade com seus próprios olhos (e óculos), moldados por suas leituras e vivências, um texto literário é a união de vários mundos com seus saberes. Cada conhecimento pode lê-lo com seus próprios óculos. A complexidade é a visão binocular, multiocular, hologramática⁵, ou seja, como traduzo em minha vida, em meu cotidiano a grande biblioteca da tradução. Se fico apenas repetindo como papagaio o já dito, sem pensar-senti-lo, de nada me diferencio de um infante a sugar sua chupeta. A filosofia, e a literatura, nosso patrimônio filosófico, podem permitir a Biosofia, ao nos alçar a um espaço-tempo de criação de nossa vida, consciente com o inconsciente que lhe é inerente, integrais com as particularidades que lhe são pertinentes, *sapiens logus* sem prescindir do *demens*, certos com incerteza, verdadeiros com ficção, complexos.

⁴ Amém! (Sem tradução, em hebraico).

⁵ Segundo Morin (2013, p. 69), um dos princípios da reaprendizagem pela religação é o hologramático, o qual recebeu tal nome “em referência ao ponto do holograma que contém a quase totalidade da informação da figura representada. Não apenas a parte está no todo mas o todo está na parte. Do mesmo modo, a totalidade de nosso patrimônio genético está contido no interior de cada célula do corpo. A sociedade, entendida como um todo, também se encontra presente em nosso próprio interior, porque somos portadores de sua linguagem e de sua cultura. Essa é uma visão que também rompe com os antigos esquemas simplificantes”.

Como diria Álvaro de Campos (BRASIL, 1989, p. 107), heterônimo de Fernando Pessoa: “Não me venha com conclusões!/. A única conclusão é morrer.” Diante de um cenário de pandemia em que muitos tiveram a vida abreviada, concluída antes de se poder algo concluir, resta-nos desenvolver uma Bio-sofia como movimento de complexidade, sentimento e tradução, para conseguirmos ir ao encontro do outro (mesmo que virtualmente) para ampliar nossa capacidade de visão, de comunicação, de compreensão, de vida.

REFERÊNCIAS:

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Tradução de Márcia Valéria Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHES, Roland. O efeito de real. In: **O rumor da língua**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Cultrix, 2004.

BARTHES, Roland. **O grão da Voz**. Lisboa: Edições 70, 1982.

BENJAMIN, Walter. A tarefa do tradutor. Tradução de Karlheinz Barck *et al.* In: CASTELLO BRANCO, Lúcia (Org). **A tarefa do tradutor, de Walter Benjamin**: quatro soluções para o português. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008, p. 51-65.

BORGES, Jorge Luis. **Obras Completas**. v. I. Barcelona: Emecé, 1996.

BRASIL, Biblioteca Nacional. **Fernando Pessoa no seu tempo**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1989.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000.

COETZEE, John Maxwell. **Foe**. New York: Viking, 1987.

GADAMER, Hans-Georg. Homem e linguagem. In: **Verdade e método II**: complementos e índice. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2002. p. 173-182.

LOPES, Silvina Rodrigues. **Literatura, defesa do atrito**. Lisboa: Edições Vendaval, 2003.

MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil. Estudos Preliminar. **Revista Niterói**. Edição fac-similar coordenada pela Academia Paulista de Letras, São Paulo, 1978, Tomo I, p. 132-159.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria Alice Sampaio Dória. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

PEREIRA, Milena da Silveira. **Insultos e Afagos**: Sílvia Romero e os debates de seu tempo. 2008, 120 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2008.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Tradução de Millôr Fernandes. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011.

WADDINGTON, Claudius Bezerra Gomes. Tradição, conhecimento e interpretação. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 148, p. 169-185, jan./mar. 2002.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 1993.

WISNIEWSKI, Rudião Rafael. A literatura como patrimônio filosófico brasileiro: (in)utilidade e ampliação do pensar-sentir. **Cadernos Zygmunt Bauman**, São Luís, v. 9, n. 21, p. 196-209, 2019.

